

Entidades da região apoiam veto de Lula

Presidente foi contra o aumento de 513 para 531 no número de deputados federais na Câmara, em Brasília

Juliano Piasentin
juliano.piasentin@gruposinos.com.br

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de lei complementar 177/23, que visava a aumentar o número de deputados federais, repercutiu entre lideranças de entidades da região. Presidentes e dirigentes de sindicatos, entidades que representam os setores produtivos e associações regionais viram como positiva a deliberação presidencial, publicada nesta quinta-feira (17) no Diário Oficial da União. O Congresso pode derrubar o veto.

Na proposta aprovada pela Câmara e pelo Senado, o Brasil passaria dos 513 parlamentares para 531 a partir de 2027. Já o impacto anual no orçamento seria de R\$ 64,8 milhões.

Em texto enviado ao Senado, Lula afirma que antes do veto, foram ouvidos

os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, além da Advocacia-Geral da União (AGU).

A carta ainda aponta que o PLP é inconstitucional, contrariando o interesse público. “Ao prever a ampliação do número de parlamentares, a medida acarreta aumento de despesas obrigatórias, sem a completa estimativa de impacto orçamentário, de previsão de fonte orçamentária e de medidas de compensação, onerando não apenas a União, mas também entes federativos (Constituição Federal, art. 27, caput).”



Acompanhe as notícias sobre os poderes em [abcmais.com/politica](https://www.abcmais.com/politica)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS**
EDITAL N.º 210/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO
POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 36/2025
OBJETO: Fornecimento de material de sinalização auxiliar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento. Recebimento das propostas: até às 09 horas do dia 30/07/2025. Abertura das propostas: às 09 horas e 01 minutos do dia 30/07/2025. Início da disputa: às 09 horas e 15 minutos do dia 30/07/2025, no site <https://pregaobanrisul.com.br/>. Edital: site [www.canoas.rs.gov.br](https://pregaobanrisul.com.br/) e <https://pregaobanrisul.com.br/>.
FERNANDA KAMIANECKY
Secretária Municipal de Licitações e Contratos



COMUSA - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE REVOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2025

A COMUSA - Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, em conformidade com o art. 71, inc. I, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº. 14.133/21, torna pública a decisão de revogar o Chamamento Público nº. 1/2025, tendo como objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive empresário individual, devidamente registradas no CREA ou CAU para prestação de serviços de arquitetura ou engenharia para serviço técnico-profissional de emissão de laudos de avaliação para imóveis de interesse da COMUSA e prestação de serviço de assessoria técnica para auxiliar em processos judiciais**. Motivo: Necessidade de alteração das especificações do Anexo I.

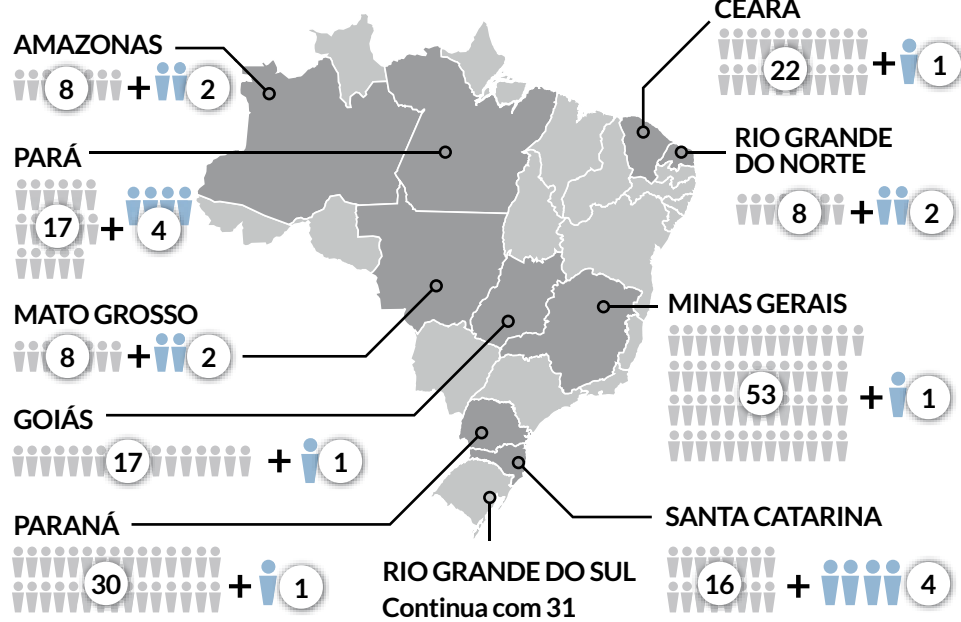
Novo Hamburgo/RS, 18 de julho de 2025.
Paulo Roberto Kopschina - Diretor-Geral Neri Chilanti - Diretor Técnico



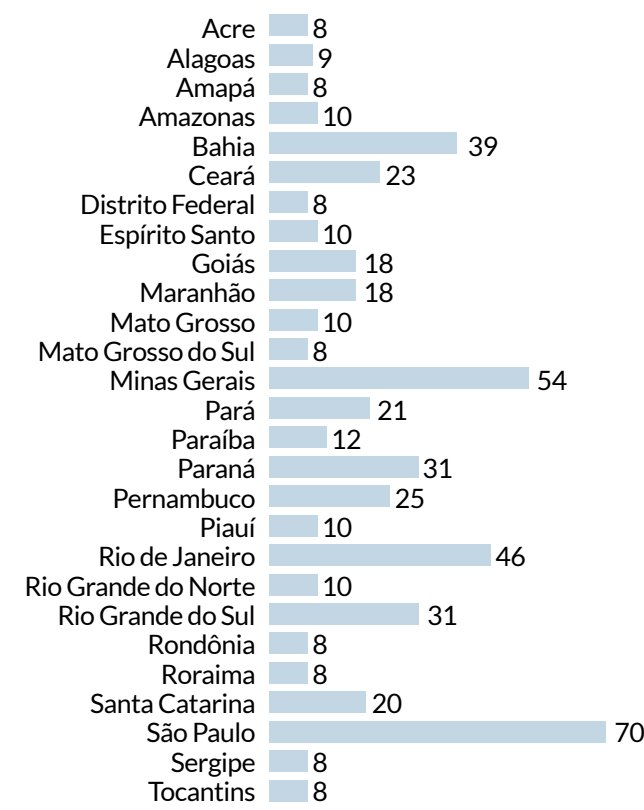
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTÃO/RS**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025

DELMAR HOFF, Prefeito Municipal de Portão/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público o processo licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025. Critério de Julgamento: menor preço por item. OBJETO: aquisição de materiais eletrônicos e materiais de informática, conforme edital e seus anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h 59min do dia 27/08/2025 no site eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 27/08/2025, às 9horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: Nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.portao.rs.gov.br. Demais informações serão obtidas junto ao Setor de Compras, na Rua 9 de Outubro, 229, Centro, ou pelo fone: (51) 3500-4200, no horário das 8h às 14h.

O que mudaria



Como ficaria por UF



Fonte: versão aprovada por Câmara e Senado do PLP 177/23. Agência Câmara

Entidades do setor produtivo satisfeitas

Para Fauston Saraiva, diretor da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha e Dois Irmãos e Ivoti (ACI/NH-CB-EV-DI-IV), o veto é visto como satisfatório. “O Brasil não precisa do aumento de deputados, mas sim de mais eficiência dos que lá estão.”

Ainda assim, Saraiva faz ressalvas à atuação do governo no campo

econômico. “No entanto, esse é um ato pequeno perto do que realmente o governo federal ainda tem por fazer em relação ao corte de gastos e ajuste fiscal.”

O presidente da Associação Comercial, Industrial de Serviços e Tecnologia (Acist) de São Leopoldo, Daniel Klafke, vai no mesmo caminho. “Em tempos de necessidade de ajuste fiscal, onde o governo precisa reduzir

cada vez mais os custos com a máquina pública, o veto presidencial ao projeto que cria novas cadeiras para deputados federais no congresso, nos parece a coisa mais sensata a ser feita.” Klafke salienta que o projeto “não faria sentido na atual conjuntura econômica do País.”

A Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (Cics) não retornou o contato até o fechamento desta edição.

Entenda

A Constituição de 1988 estabeleceu o mínimo de 8 deputados por Estado e máximo de 70, considerando a proporcionalidade à população. O total de 513 representantes na Câmara foi definido pela lei complementar 78, de 1993, com base no Censo de 1986.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou prazo até junho deste ano para o Congresso revisar a distribuição do número de cadeiras, pois alguns Estados tiveram crescimento populacional e deveriam ganhar mais parlamentares, enquanto outros perderiam.

Para que nenhuma bancada estadual perdesse cadeiras, o Congresso aprovou o aumento do número de deputados, em vez de redistribuir.

O presidente Lula vetou. Para derrubar o veto são necessários 257 votos de deputados e 41 de senadores. Caso o veto seja mantido, a redistribuição das vagas na Câmara dos Deputados (mantendo o limite atual de 513) será feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 1º de outubro, conforme decisão do STF.

“Não é o momento de discutir isso”

O presidente da Associação dos Municípios do Vale Germânico (Amvag) e prefeito de Lindolfo Collor, Gaspar Behne, reforça que o país passa por outros problemas que precisam ser priorizados. “Não é o momento de se discutir isso no Brasil, que passa uma turbulência internacional e interna. Não sabemos como ficará a produção tendo em vista o tarifaço dos Estados Unidos, temos também um impacto do IOF que foi aprovado pelo STF.”

A Fiergs e a Famurs optaram por não se posicionar.

***Colaboraram:** Joceline Silveira e Juliana Nunes